

A subordinação do trabalho docente à lógica do capital

Marina Barbosa Pinto

Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense

O ano de 1998 foi palco de uma das mais importantes greves do movimento sindical deste país no período recente. Os docentes das universidades federais protagonizaram a maior greve de sua história, tanto em tempo de duração quanto em amplitude, pois arrastou consigo todas as sessões sindicais do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Uma greve importante, também, porque dialogou com a população não só no que diz respeito a sua reivindicação mínima, referente às condições de trabalho, mas trazendo à cena o projeto alternativo do movimento para a universidade brasileira, autônoma, democrática, laica, pública e socialmente referenciada, que se insere em um projeto de sociedade pautado na democracia e justiça social.¹

Passado um ano desta greve, os efeitos do seu desfecho se evidenciam e se clarificam as alterações nas relações de trabalho advindas deste episódio, que não só alterou a organização do trabalho docente na universidade, como também repercutiu na subjetividade de seus trabalhadores. É destes aspectos que este artigo trata.

As reivindicações deste movimento grevista diziam respeito a aumento salarial, concurso público para reposição de vagas, manutenção da universidade pública e gratuita e defesa da autonomia universitária. Não foram necessários muitos dias de greve para que o salto na consciência se processasse. Estavam em jogo dois projetos de universidade, distintos em essência, que se referenciavam em diferentes projetos de sociedade. Um, do Ministério

¹ O que não quer dizer que o movimento não tenha apresentado limites objetivos. Esta foi uma greve que trouxe à tona o debate da unidade na luta. No mesmo período, a Federação dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) entrou em greve e os estudantes, atropelando sua direção nacional encastelada na União Nacional dos Estudantes (UNE), também o fizeram. Apesar de inúmeras tentativas por parte destes dois segmentos, não foi possível desenvolver-se um comando unificado ou negociações conjuntas dos três setores das universidades, limitando-se o movimento às ações conjuntas, o que revela o quanto ainda é preciso avançar na organização sindical dos trabalhadores.

da Educação e do Desporto (MEC), tendo como planejador o Banco Mundial (BM) e como executor, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seu ministro Paulo Renato de Souza. Outro, o do movimento docente, construído coletivamente pelos profissionais de educação reunidos em suas instâncias organizativas.

O projeto educacional do governo FHC

Uma das prioridades do governo federal, segundo suas afirmações é a educação. Podemos concordar, pois há um investimento de seus quadros em esforços administrativos para reformular as diretrizes para o ensino e adequar a educação às exigências do mercado no mundo globalizado. Neste sentido, durante aquele enfrentamento, o MEC apresentou e clarificou, mais uma vez, o seu projeto de um ensino que prioriza a formação como preparação para o trabalho; a reprodução de conhecimentos; a redução da formação ao ensino (enquanto repasse de conhecimentos), excluindo a pesquisa e a extensão; a ingerência e primazia do interesse do mercado na definição das orientações acadêmicas; a redução do investimento público nas universidades, redundando em progressiva privatização; a quantificação das tarefas como critério de avaliação; a flexibilização dos cursos; a fragmentação dos trabalhadores.

Tudo isso ganha nexos quando nos reportamos ao projeto que hoje orienta mundialmente a forma de acumulação de capital da burguesia, o neoliberalismo. Não cabe aqui destrinchá-lo, mas vale destacar que o projeto para o ensino superior hoje segue as regras do BM, que opera a organização das economias nacionais a favor da superação da crise de acumulação mundial e, para tal, o adestramento e formação da mão de obra é ponto de extrema relevância.² Sua apresentação se dá em base à retórica da modernização, que possibilitará ao país a qualificação necessária para disputar seu espaço no comércio internacional e não se paralisar frente à roda da história que não deixa de se mover.

A materialidade deste projeto calca-se na proposta de Reforma do Estado³ que tem como eixo a privatização de setores estratégicos; o envolvimento direto do Estado apenas em atividades que se vinculam à arrecadação, controle do mercado e segurança; a concepção de não exclusividade do Estado em setores como saúde, educação e pesquisa científica, o que significa que a execução destes serviços deverá ser assumida por entidades denominadas “públicas não-estatais”; terceirização de atividades de apoio da administração e a descentralização, por meio de “parcerias” com a sociedade.

² Sobre este tema ver Roberto Leher, “Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo”, in *Outubro*, 3, 1999, pp. 19-30.

³ Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, *A reforma do Estado no Brasil*, Brasília, 1998.

No ensino superior da esfera federal, este projeto se concretiza através do debate sobre autonomia. Por trás da proposta de regulamentação da Autonomia Universitária, acaba por se expressar a proposição do governo que retira a responsabilidade do Estado frente à prestação deste serviço, bem como introduz uma lógica de formação que desconsidera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O que se apresentava como alternativa a este modelo de reforma para o ensino superior, naquele enfrentamento grevista, era a defesa da universidade como *locus* de produção e desenvolvimento do conhecimento, a favor do desenvolvimento da humanidade e satisfação das demandas sociais, com financiamento público, gestão autônoma, gratuidade, condições de trabalho dignas e igualitárias para todos os seus profissionais.

Apesar de toda a negação dos projetos e possibilidades de transformação, hoje disseminada com o pensamento pós-moderno, reafirmamos que a luta de classes se processa permanentemente para aqueles que vivem do próprio trabalho. Partir de uma reivindicação mínima, como a questão salarial, pode significar colcoar em disputa o seu projeto na sociedade. Foi isso o que se deu naquela greve.

Ainda que os docentes tenham protagonizado um belo movimento, não foi possível a vitória; não se alcançaram as reivindicações. O mais grave, porém foi que o MEC acabou por impor parte de seu projeto ao instituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), apresentada como instrumento de reposição salarial e de avaliação docente.⁴

A GED e a reorganização do trabalho docente

A GED representa uma alteração na organização do trabalho do docente. Ela se caracteriza por um sistema de pontuação a partir de critérios definidos nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), de acordo com os parâmetros estipulados pelo MEC: não são incluídos, ou o são parcialmente, os docentes aposentados e os de 1º e 2º grau e prioriza-se a carga horária dedicada ao ensino em sala de aula. O MEC garante o controle estabelecendo o valor da pontuação, controlando e fiscalizando a implantação da gratificação, como exemplifica o texto do relatório da comissão instituída pelo Ministério: “Para efeito da integralização dos 10 (dez) pontos por hora-aula semanal, até o máximo de cento e vinte

⁴ O desfecho desta greve contou com a corresponsabilidade da então recém-eleita diretoria do Andes-SN, que assumiu seu mandato em meio à greve e adotou uma tática de conciliação com o MEC, desrespeitando instâncias do movimento e negociando o seu final com Paulo Renato de Souza e Antônio Carlos Magalhães (ACM), contra a categoria.

pontos, poderão ser consideradas, além das atividades propriamente realizadas em sala de aula, somente aquelas registradas academicamente que conduzam a obtenção de créditos.”⁵

O que se retira desta lógica são algumas palavras cujo significado nos instiga a uma análise, são elas: *trabalho, produtividade, quantidade, qualidade, autonomia, gerenciamento, controle, finalidade*.

Ao entendermos a atividade docente como trabalho e portanto, os professores como trabalhadores, estamos afirmando que desenvolvemos uma atividade humana à qual imprimimos finalidade, a projetamos idealmente e buscamos formas de concretizá-la no real vivido. É isso que nos confere a qualidade de humanos e nos possibilita o desenvolvimento da vida em sociedade. A capacidade de conceber e executar é o que perpetua nossa espécie. Nós, professores universitários, experimentamos inclusive o privilégio de poder manter a indissociabilidade entre a concepção e a execução do trabalho, pois temos um relativo controle dos meios para realizá-lo. Mas isso não nos permite afirmar que a lógica geral do sistema capitalista não imprime os contornos deste privilégio. Vendemos nossa força de trabalho e este é o primeiro limite. Ainda que esta relação não se pautem na produção de mais-valia e portanto se caracterize enquanto um trabalho improdutivo, não podemos esquecer que também no trabalho docente se evidencia a liberdade e a castração enquanto componentes do trabalho na sociedade capitalista.⁶

O desenvolvimento da humanidade organizou de diferentes formas as possibilidades de satisfação das necessidades para a sobrevivência. O capitalismo trouxe uma especificidade para este fim com a possibilidade de venda da força de trabalho, condição básica para o desenvolvimento deste sistema, através da separação do trabalhador dos meios de produção, do fim do trabalho compulsório e o estabelecimento de condições para esta venda.

A organização do sistema capitalista ainda, que pressuponha a satisfação de necessidades para a sobrevivência, o faz com critério de classe, onde o interesse maior, que subordina todos os outros, é a acumulação do capital pelo burguês.

Assim sendo, a organização do trabalho nas sociedades segue esta regra. E por mais distante que isso possa parecer estar de um docente universitário, sua autonomia para manter a indissociabilidade entre execução e concepção é limitada, na medida em que se verifica, por exemplo, uma centralização nacional de currículos; uma educação voltada para os interesses do mercado; o cerceamento da pesquisa; a conformação de elites do saber com

⁵ Ministério da Educação e do Desporto, *Ofício Circular nº 116/98*; GAB/SESU/MEC, *Relatório da Comissão Nacional prevista pela Lei nº 9678 de 03.07.1998*.

⁶ Para um aprofundamento desta discussão consultar K. Marx, *Capítulo VI inédito de O Capital*, São Paulo, Moraes, 1985.

os centros de excelência; alterações nas relações de trabalho, o que implica novas modalidades de contratação e novas metodologias de ensino.

Então, se é verdade que nosso trabalho se vincula à organização do sistema, destacamos um aspecto deste para desvelarmos a GED. O capitalismo, como saída para sua crise de acumulação e, como parte de seu desenvolvimento, elaborou um modelo de organização da produção, com o objetivo de extrair uma maior produtividade do trabalhador e racionalizar a produção exercendo um maior controle.

Introduziu-se um princípio inovador que orientou o processo de trabalho através da divisão das especialidades em diferentes operações limitadas e sistemáticas, o que gera uma racionalização maior, com otimização do tempo de produção e possibilidade maior de controle, além da redução de custos.

O objetivo era o aumento da produção com menor custo, e para tal se reordena a organização do trabalho. Há um parcelamento do trabalho que barateia a produção e o descaracteriza como atividade totalizante.

Agregado a esta organização produtiva, institui-se um modo de controle desta através do gerenciamento, que separa efetivamente a concepção da execução. Os que elaboram não são os que executam e se desfaz, no cotidiano do trabalho, a mágica da concretização do produto idealizado. A produção pressupunha uma quantificação expressa na produtividade de cada um, cuja atuação se autonomiza em relação ao produto final de seu trabalho.

Não pretendemos transpor esta análise para o trabalho na área dos serviços, apenas retomaremos alguns elementos que nos parecem reeditar velhos conceitos e práticas sob novos signos.

Não estamos tratando de produção em série, de larga escala e com controle gerencial⁷ ou da produção organizada sob a égide do toyo-

⁷ Aqui nos referimos ao período do fordismo/taylorismo que se caracteriza por estes elementos. Deste, destacamos que o sistema taylorista de organização do processo de trabalho objetivava assegurar aos capitalistas meios de se apropriar efetivamente do conhecimento dos operários e com isso obter um maior controle sobre a produtividade de cada trabalhador. "A organização *social* do trabalho, já agora dotada de um alibi e de uma função técnica, divide-se e subdivide-se como os incontáveis fios de uma teia de aranha gigantesca em que cada gesto fica cercado por estreitos limites e toda possibilidade de iniciativa e autonomia operária se torna reduzida. (...) O crescimento da produtividade (da mais-valia cotidiana extorquida) tornará possível o financiamento dessas coortes de vigilância e os capitalistas ainda terão larga margem de lucro, cujo valor será pago pelos operários, com base numa intensidade de trabalho elevada ao extremo limite do possível." "Não é só o trabalho que é dividido, subdividido e repartido entre diversos indivíduos; o indivíduo, ele próprio, é dilacerado, metamorfoseado em mola automática de uma operação exclusiva, de modo que se torna realidade a absurda fábula de Menenius Agrippa, representando um homem como fragmento de seu próprio corpo." Robert Linhart, *Lenin, os camponeses, Taylor*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, pp. 81-82. Classificando e codificando conhecimentos e atividades, Taylor apresenta uma organização científica do trabalho que melhor encarna o processo de produção capitalista e torna realidade o que Marx já havia sinalizado como tendência do modo de produção capitalista.

tismo.⁸ Tratamos de um setor que presta um tipo particular de serviço e, portanto com configurações organizacionais e institucionais diferenciadas, que pode ser essencial à produção, pois é espaço de reprodução — via formação — da força de trabalho.⁹ Partindo destas diferenciações buscamos o fio condutor que indica a totalidade do sistema capitalista.

Quando se introduz um sistema de pontos para as atividades docentes, cujo desdobramento é a transformação destes em remuneração, estamos, a partir de uma quantificação dos afazeres profissionais, estipulando uma metodologia de avaliação. Esta metodologia, no caso, fere a totalidade do trabalho docente porque possibilita e estimula uma divisão por especialidades, ou seja, não se qualifica mais a atividade docente sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, como interligados e componentes de uma formação profissional integradora, mas sim, se pontua diferenciadamente cada uma dessas atividades. Tal divisão das atividades docentes viabiliza, por conseguinte, a divisão/especialização entre profissionais que as realizam.

Somado a isso verifica-se uma priorização da sala de aula, revelando uma opção pelo aprendizado, entendido como repasse de pacotes fechados de conhecimento, ao estilo dos pacotes de instruções usados para preparar operadores de máquinas, guardadas, obviamente, as devidas proporções. Destaca-se a diferenciação de pontuação por titulação, o que a princípio não está incorreto. Mas como nada ocorre em tese, numa universidade pública atual, onde as condições de trabalho não são igualitárias e há cortes significativos nas políticas de capacitação e nas verbas, a medida acaba por gerar uma maratona de premiação individual e não se

⁸ Compreende-se por toyotismo um tipo de organização da produção que inclui tecnologia, a escala de produção, a flexibilidade dos postos, as qualificações de mão-de-obra, as estratégias de mercado, a internacionalização e a diferenciação dos produtos. Há um debate em torno da inovação do modelo japonês de produção O que se verifica em alguns estudos é que o centro da organização taylorista da produção — divisão entre concepção e execução e definição de meios para se obter maior produtividade/lucratividade — se mantém. Apesar de novos elementos como ciclos de qualidade, polivalência do trabalhador, kanban seria arriscado afirmar que este é o modelo que nega na totalidade o modelo taylorista. Este debate é desenvolvido em S. Wood, "O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, 1991, pp. 28-43.

⁹ Concordamos com Iamamoto, (M. V. Iamamoto, *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, São Paulo, Cortez, 1998. p. 68) quando afirma que "Os trabalhos que são desfrutados como serviços são aqueles que não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores que os executam e, portanto não tem existência independente deles como mercadorias autônomas." O "Capítulo Inédito" de *O Capital*, de Marx clarifica esta discussão. Vale salientar que o capitalismo na atualidade tende a industrializar os serviços, ou seja, realizá-los dentro de sua lógica de valorização, através da privatização. Processo que exclui da intervenção e responsabilidade estatais a execução de serviços com saúde, seguridade social e educação.

constitui uma política de recursos humanos e investimentos. Essa gratificação estimula a competitividade e o individualismo contrapondo-se a toda uma concepção na qual a produção de conhecimentos precisa, na contemporaneidade, ser construída em estruturas coletivas que congreguem os produtores e permitam o estabelecimento de diálogos entre as diversas áreas do conhecimento e instituições diversas.

Além disso os profissionais que estão aposentados não recebem integralmente esta remuneração, o que nos remete a máxima liberal do capitalismo: “recebem os que trabalham”. Mais que isso, recebem os que trabalham nas unidades “superiores”, pois os professores de 1º e 2º graus estão fora, o que nos remete a uma distinção discriminatória e elitista.

Estamos de volta a velhos conceitos e práticas; quais sejam, o atrelamento da remuneração pela atividade desenvolvida ao critério de produtividade em termos de tarefas executadas, matematicamente computadas. Atingiu-se o patamar exigido, recebe, não atingiu...

O problema é que isto altera a organização do trabalho. Os professores universitários não desenvolvem mais atividades como integrantes de um projeto de produção de conhecimento — com ramificações para o ensino, a pesquisa e a extensão — gerando elaborações, como produções escritas, debates, que reafirmariam a identidade do trabalho docente. O que ocorre é que as definições das atividades passam a ser orientadas a partir das exigências da GED, que impõem prioridades, acabando por delinear o perfil dos cursos. Isto se agrava numa situação de crise onde o achatamento salarial é brutal e a ameaça do desemprego um fato. O trabalho do professor universitário alterou-se ao mesclar-se com esta dura realidade.

Por que esta lógica na educação? Porque este espaço se tornou um importante lugar para a expansão do capitalismo, para operar inversões na busca do lucro através da produção de conhecimento e da formação de mão-de-obra especializada a partir dos critérios do mercado (leia-se grande capital). Neste sentido procura-se transformar o trabalho docente em trabalho produtivo, que transforma o simples dinheiro em capital, através da mais-valia. Tudo isso no contexto da Reforma do Estado proposta pelo BM e assumida pelo atual governo. Uma reforma que afirma propor a retirada do Estado do setor produtivo, mas, como vimos, amplia a intervenção estatal na formulação de políticas — as educacionais são apenas um exemplo — que atendam à lógica do capital.

A imposição da lógica do capital

A GED prepara o caminho para a transformação deste setor em local rentável para o capital e por isso se utiliza dos princípios assumidos pelo sistema capitalista no início de sua consolidação enquanto sistema monopólico,

mesmo que isso signifique, aparentemente, um atraso diante das novas formas de organização da produção. Na verdade o que se processa é uma adequação do setor à lógica produtiva do sistema.

Se voltarmos às análises já clássicas sobre o organização do trabalho, podemos dizer que, com isso, separa-se o produto final de sua idealização, subdivide-se a especialidade do trabalho docente e barateiam-se os custos, já que não demanda mais um profissional de alta qualificação para o cotidiano do trabalho docente e é possível contratar a força de trabalho por diferentes formas. Se quisermos utilizar argumentos mais recentes podemos dizer que tudo isso assegura uma otimização do trabalho, por acirrar a competição interna, estimulando os docentes e produzindo mais qualidade, além de flexibilizar a prestação do serviço educação.

Argumentos interessantes e reais, só que na lógica do capital. Do nosso ponto de vista, uma lógica dos trabalhadores, revelam-se agora as alterações do mundo do trabalho¹⁰ no interior da universidade e a descaracterização do trabalho docente. Além da implantação das condições para uma avaliação que não considera objetivos, papel social da universidade, condições de trabalho, mas somente tarefas pré-definidas, que somam pontos para o professor e para a Universidade no *ranking* do MEC.

O que se revela como mais grave é que assim pode se estabelecer efetivamente a dissociação entre o conhecer e o fazer, reduzindo o trabalho docente a uma simples atividade.

Diante deste quadro, duas alternativas se apresentam de forma combinada e indissociável: a luta pela defesa do projeto de universidade que construímos coletivamente no movimento e a luta intransigente pela organização de um novo modo de produção. São dois caminhos que se entrecruzam, um a defesa das conquistas e direitos da classe nos árduos anos de luta. Uma luta para garantir a sobrevivência e a dignidade dos trabalhadores e assegurar sua presença no cenário político, o que passa pela organização sindical o enfrentamento direto e permanente contra os inimigos de classe e aqueles que servem a sua política. Outro, que no desenvolvimento destas lutas cotidianas vai se fortalecendo e criando corpo é o projeto estratégico de construção de uma nova ordem mundial onde o trabalho referencie-se na criatividade humana para a satisfação de suas necessidades e assegure a todos a liberdade de viver com dignidade sob a égide da democracia da classe trabalhadora. A Universidade e o trabalho docente que defendemos compartilham este referencial estratégico e dependem daquela luta.

Este é um terreno árido e tortuoso, mas a possibilidade de trilhá-lo esta na organização coletiva de todos os que vivem do seu próprio trabalho.

¹⁰ Cf., dentre outros, Ricardo Antunes, "Para onde vai o mundo do trabalho", in A. M. C. Araújo (org.), *Trabalho, cultura e cidadania*, São Paulo, Scritta, 1997.